

REQUERIMENTO N 4, DE 2013 – CAE

Nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos sejam realizados, por esta Comissão de Assuntos Econômicos, ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos e análises acerca do panorama da Política Econômica Brasileira, e as perspectivas para a próxima década, priorizando os temas que influenciam a competitividade da economia, com ênfase no setor industrial, e a melhoria do ambiente institucional. As audiências públicas deverão ser realizadas sempre às 2ª feiras, às 18h30, na Sala da Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos, nas últimas décadas, uma grande revolução tecnológica com o consequente barateamento generalizado de novos produtos que alteraram e continuam a alterar o modo de vida da nossa sociedade. O processamento de dados, a comunicação entre as pessoas e a automatização de diversas atividades humanas estão avançando muito rapidamente. Como no início do século XX, o barateamento radical dos produtos industriais e a rápida inclusão de novos territórios ao mercado global pela redução dos custos de transporte tem levado a uma corrida por matérias primas e áreas de influência. Combinado a isso, as novas tecnologias têm revolucionado os modos de fazer guerra e levado a uma corrida armamentista que tem aumentado muito a discrepância de poder militar.

A emergência dos BRICS cumpre ao mesmo tempo o papel econômico e político que teve a emergência dos EUA e da Alemanha. Os

BRICS estão colocando no mercado global um território e população enormes como fizeram os EUA e a Alemanha no século passado.

Nos 50 anos entre 1930 e 1980, o Brasil viveu o início de sua própria revolução industrial, da modernização do Estado, da ampliação do território atendido com infraestrutura moderna, da sua revolução social com os direitos trabalhistas e do aumento dos gastos públicos ou regulados em educação, saúde e previdência social.

Nesse período, o Brasil apresentou altas taxas de crescimento econômico. Em 1930, a mula era o principal meio de transporte no Brasil, 70% dos brasileiros não sabiam ler, praticamente não havia universidades, a maioria não conhecia a eletricidade. Cinquenta anos depois, o Brasil acompanhava os líderes tecnológicos em várias áreas, tendo sido um dos poucos países a produzirem em escala comercial robôs, centrais de telecomunicações, computadores e aviões. Isso foi um grande feito e um grande exemplo da nossa capacidade de realização.

Isso nos lembra que o potencial de realização de nossa sociedade pode ter hibernado por um longo período, mas ele existe e é poderoso. Nos últimos dez anos, esse potencial tem começado a aparecer em diversas áreas. Podemos citar como exemplos a enorme redução da fome, a descoberta do pré-sal, ascensão da nossa influência diplomática e os avanços da biotecnologia nacional.

Como nos anos 30, a atual crise internacional pode gerar graves consequências em nosso país. Em alguns aspectos vivemos em um momento até mais crítico do que naquele período com o surgimento de uma crise ambiental global, a acentuada diminuição de recursos naturais, com o aumento das zonas de conflito usando tecnologias mais complexas e poderosas do que naquela época, além da vulnerabilidade das nossas sociedades ao funcionamento das redes de telecomunicações, energia, transporte e comércio.

A intensificação dessas crises pode causar um grave impacto na sociedade brasileira que acumula uma série de vulnerabilidades adicionais: como a segurança pública, o supercongestionamento das

metrópoles, a falta de competitividade industrial em alguns setores econômicos, os altos custos da infraestrutura, as recorrentes crises institucionais, as contestações ao pacto federativo, a falta de mão de obra qualificada, a desnacionalização crescente, a deficiência dos serviços públicos, o crescente endividamento das famílias etc.

Essa grande lista de vulnerabilidades pode levar a sofrimentos no Brasil, caso haja uma intensificação da crise internacional. Porém, como nos anos 30, a crise pode levar o país a repensar seu desenvolvimento e dar um grande salto para frente.

Por isso, além das suas atividades ordinárias, a Comissão de Assuntos Econômicos, com base em suas prerrogativas constitucionais e regimentais, mais do que nunca precisa criar um fórum de debates e audiências com a participação de especialistas e estudiosos do mais largo espectro. O alcance dos debates deve ultrapassar os limites desta Casa do Congresso Nacional. O objetivo é, sobretudo, levar à sociedade brasileira instrumentos e informações para reflexão sobre o momento por que passa a economia brasileira e a economia internacional.

Para tanto, apresentamos aqui uma proposta inicial de Agenda de debates da Comissão para os próximos dois anos:

AGENDA 2013-2014

Ciclo de Audiências: Impasses e Perspectivas da Economia Brasileira

O ciclo de audiências deverá ter o caráter de fórum de alto nível de discussão e debates sobre a política econômica. Para tanto, convidamos alguns dos mais destacados economistas de nosso país, relacionados em anexo, a fim de que exponham o seu pensamento acerca dos tópicos listados a seguir, tendo por meta a transformação do Brasil numa Nação mais justa e civilizada.

Tópicos para discussão:

- i. o crescimento da economia combinado com a estabilidade dos preços;
- ii. a aplicação dos princípios de justiça que inclua a preocupação com a efetiva erradicação da pobreza absoluta, a elevação das oportunidades de emprego e aspectos demográficos;
- iii. o equilíbrio das contas externas e a expansão do nível de investimentos;
- iv. o progresso educacional, científico e tecnológico;
- v. o aperfeiçoamento do Sistema Tributário e Fiscal, especialmente a desoneração tributária dos investimentos e das exportações, a multiplicidade dos regimes especiais de tributação, a simplificação e transparência do sistema tributário, o controle dos gastos públicos com custeio e o aumento da capacidade de investimento público;
- vi. o aperfeiçoamento do Sistema Previdenciário e de Transferências de Renda, tais como as aposentadorias, o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família e a perspectiva da Renda Básica de Cidadania;
- vii. a criação e expansão de instrumentos como cooperativas e outras formas de produção solidárias, a expansão do microcrédito;
- viii. a realização da Reforma Agrária;
- ix. investimentos na infraestrutura de energia, transportes, particularmente o modelo de concessões, o fortalecimento das agências reguladoras, o custo dos encargos e tributos setoriais e os processos de licitação, licenciamento e execução dos projetos sob responsabilidade do setor público;
- x. a reforma do sistema federativo, no tocante à eficiência e equidade na distribuição dos recursos, sobretudo, os critérios de repartição do FPE e dos royalties, a reforma do ICMS, a mudança dos indexadores das dívidas estaduais e municipais, a convalidação dos incentivos fiscais concedidos à margem da regra de unanimidade do Confaz.

xii. modernização das relações de trabalho, com ênfase nos princípios da negociação coletiva, o custo da mão-de-obra, inclusive comparativamente ao resto do mundo, a regulamentação da terceirização e a rigidez do mercado de trabalho;

xiii. a estratégia de crescimento econômico liderada pela indústria e as causas da importante perda de participação do setor industrial no produto e na geração de emprego (processo de desindustrialização precoce ou natural ?).

Anexo – Lista de Convidados:

1. Guido Mantega (Ministro da Fazenda)
2. Ana Amélia Camarano (IPEA)
3. Ana Maria Medeiros da Fonseca (Unicamp)
4. Antonio Delfim Neto (USP)
5. Antônio Prado (Cepal)
6. Armínio Fraga Neto (Gávea Investimentos)
7. Bernardo Figueiredo (Presidente da EPL)
8. Carlos Alvares da Silva Campos Neto (IPEA)
9. Ciro Gomes (ex-Ministro da Fazenda)
10. Clélio Campolina Diniz (UFMG)
11. Décio Munhoz (UnB)
12. Edmar Lisboa Bacha (Instituto de Estudos de Política Econômica - Casa das Garças)
13. Eike Batista

14. Everton de Almeida Carvalho (ABIDES)
15. Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ)
16. Fernando Rezende (FGV-RJ)
17. Fernando Sarti (Unicamp)
18. Fernando Siqueira (Associação de Engenheiros da Petrobrás)
19. Ildo Sauer (USP)
20. João Pedro Stédile (economista)
21. João Saboia (UFRJ)
22. João Sicsú (UFRJ)
23. Jorge Gerdau Johannpeter
24. José Carlos de Assis (UEPB)
25. José Eli da Veiga (USP)
26. José Luis Fiori (UFRJ)
27. José Márcio Camargo (PUC-RJ)
28. Julio Sérgio Gomes de Almeida (IEDI/Unicamp)
29. Kaizô Beltrão (Ence/IBGE)
30. Lena Lavinas (UFRJ)
31. Luciano Coutinho (Presidente do BNDES/Unicamp)
32. Luiz Alberto Neto (Presidente da ABIMAQ – Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos)
33. Luiz Carlos Bresser-Pereira (FGV-SP)
34. Luiz Carlos Mendonça de Barros (Quest Investimentos)

35. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (Unicamp)
36. Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ)
37. Magda de Regina Maria Chambriard (Diretora Geral da ANP)
38. Marcelo Côrtez Neri (Presidente do Ipea/FGV-RJ)
39. Marcio Pochmann (Fundação Perseu Abramo/Unicamp)
40. Maria da Conceição Tavares (Unicamp/UFRJ)
41. Maria das Graças Foster (Presidente da Petrobrás)
42. Mariano Laplane (CGEE/Unicamp)
43. Mauricio Tolmasquim (Empresa de Pesquisa Energética)
44. Otaviano Canuto (Bird)
45. Paul Singer (MTE/USP)
46. Paulo Nogueira Batista Jr. (FGV-SP/FMI)
47. Pedro Malan (Itaú-Unibanco)
48. Pérsio Arida (BTG Pactual)
49. Ricardo Carneiro (Unicamp/Bid)
50. Ricardo Paes de Barros (Secretaria de Assuntos Estratégicos/PR)
51. Roberto D'Araújo (Eletrobrás)
52. Rubens Ricúpero (ex-Ministro da Fazenda)
53. Samuel Pinheiro Guimarães Neto (MRE)
54. Senadora Katia Abreu
55. Sergio Prado (Unicamp)
56. Tânia Bacelar (UFPE)

57. Vagner Freitas de Moraes (Presidente da CUT)

58. Vicente Abate (Presidente da ABIFER- Indústria Brasileira da Indústria Ferroviária)

59. Yoshiaki Nakano (FGV-SP)

Senador Aloysio Nunes Ferreira

Senador Armando Monteiro

Senador Eduardo Matarazzo

Suplicy

Senador Delcídio do Amaral